

## Contraditório ao relatório preliminar de Avaliação Externa da IGEC referente ao Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro (AEGJ)- 151208

No exercício do direito à apresentação do contraditório sobre o projeto de Relatório da Avaliação Externa do Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, foi objeto de ponderação o direito ao Contraditório face à análise prévia do Relatório Preliminar de Avaliação Externa promovida pela IGEC, com a referência S/00917/EMN/25 de 28/01/2025, tendo sido assumido esse direito previsto legalmente.

O Projeto de relatório foi divulgado à comunidade e alvo de análise em todos os órgãos deste Agrupamento, merecendo uma análise mais cuidada da diretora.

A fundamentação abaixo é produto das conclusões aprovadas pelos diferentes órgãos.

Tomando como ponto inicial de análise o Quadro Resumo das Classificações (pág. 4, do Relatório), verificamos que as avaliações atribuídas em alguns domínios foram, no nosso entender, abaixo das nossas expectativas e não refletem o verdadeiro trabalho realizado por este Agrupamento. Neste particular, estamos a referir-nos à avaliação atribuída nos domínios da “**Autoavaliação**” e da “**Prestação do Serviço Educativo**”.

1- No que se refere ao domínio “**Autoavaliação**”, é registado que a equipa de autoavaliação do Agrupamento é “*abrangente*”, que os procedimentos adotados por esta equipa se organizam “*em torno do projeto educativo*” e neles se “*privilegiam uma multiplicidade de fontes de informação*”. Segundo o relatório, a equipa de autoavaliação articula-se com as outras estruturas do Agrupamento, o que lhe confere “*maior diversidade, rigor e abrangência (...) e envolvimento*”. É acrescentado ainda que a capacidade reflexiva da equipa de autoavaliação “*se repercute na monitorização regular do projeto educativo, o que impacta os procedimentos designadamente no que respeita à organização*”.

*de grupo das turmas, gestão dos espaços e serviços, bem como concorre para a avaliação da eficácia dos projetos e das parcerias*". A equipa de autoavaliação é, portanto, no entender da equipa responsável pelo relatório de avaliação externa, uma estrutura que se constitui rigorosamente em torno da legislação em vigor, adequada às particularidades e às necessidades do Agrupamento, dos alunos, dos pais/encarregados de educação e do meio em que se insere, com *"ampla auscultação da comunidade"*, e que tem impacto determinante em tudo o que ocorre na escola, contribuindo decididamente *"para a melhoria do desenvolvimento curricular e da inclusão"*. Em resumo, há um predomínio de pontos fortes, com forte impacto na vida do Agrupamento e da comunidade, no trabalho que se faz efetivamente e com o qual se procura dar ao Agrupamento as ferramentas para, em tudo, melhorar.

No entanto, o entender da equipa avaliadora, segundo o qual a *"análise pouco detalhada dos resultados dos alunos, designadamente a informação das provas de aferição (REPA) e dos relatórios individuais das provas de aferição (RIPA), [...] não tem permitido que o impacto do processo de autoavaliação se reflita na qualidade das aprendizagens e na alteração das práticas"* apresenta-se contrário ao que é dito no início desse parágrafo, em que se fala da *"melhoria do desenvolvimento curricular e da inclusão"*. Além disso, sem nunca pôr em causa o valor e importância dos referidos relatórios enquanto feedback formativo, parece-nos, contudo, haver, no contexto do trabalho da equipa de autoavaliação, uma sobrevalorização da sua importância. Salientando-se, ainda que a análise daqueles resultados está, efetivamente, em todos os relatórios da equipa de autoavaliação, são trabalhados aprofundadamente pela respetiva equipa, e os resultados das provas de aferição são analisados no Conselho Pedagógico, nos Departamentos Curriculares, nos Conselhos de Turma e os professores examinam com os seus alunos os resultados obtidos, os quais, previamente, são enviados aos pais/encarregados de educação. Deste modo parece-nos que apenas a não referência e análise destes documentos no relatório da equipa de autoavaliação impediu a atribuição de uma classificação mais elevada neste parâmetro, com o qual não concordamos e que, segundo o

nosso entender reúne, claramente, os pressupostos para ser avaliada com a menção Muito Bom.

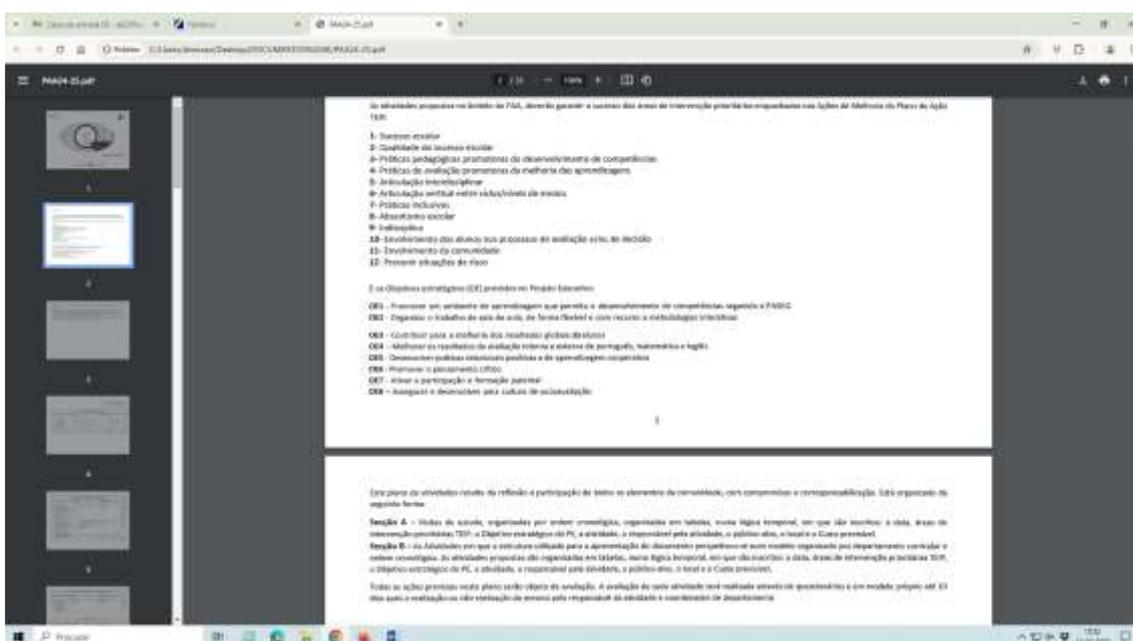
2- Dentro do domínio da “**Prestação do serviço educativo**”, no campo de análise “*Oferta educativa e gestão curricular*” é destacada a turma Flexi+<sup>2</sup>, Percurso Curricular Alternativo, de acordo com o estipulado no Artigo n.º 7, da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual. Apesar de inscrita num Plano de Inovação, a matriz curricular foi estrategicamente criada a pensar naqueles alunos com características tão específicas. O relatório observa que “*não sobressaem práticas inovadoras ao nível de trabalho*”. Isto foi inferido através da observação de uma aula, que não traduz, de todo, o trabalho e a prática letiva que vai sendo realizada com estes alunos. Ora, a metodologia inovadora, com destaque para a flexibilização da carga horária, utilizada com este grupo de alunos, é adaptada às suas características e é a única garantia de promoção de sucesso e prevenção de abandono escolar.

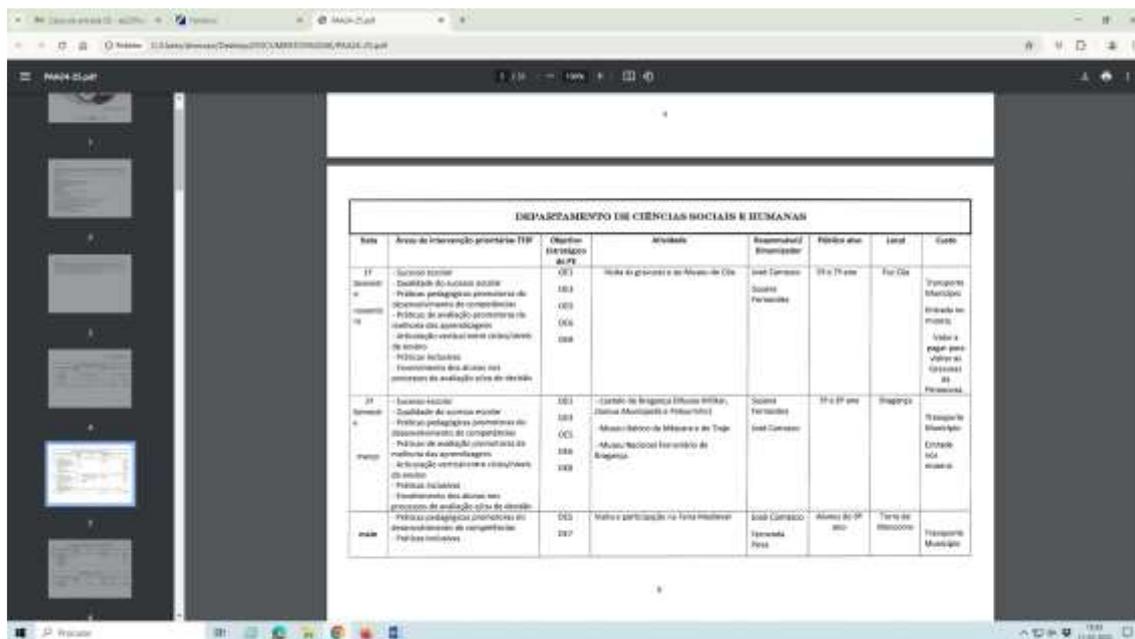
Transpareceu-nos que a equipa avaliativa vinha com pouca recetividade à tipologia desta turma. Ousamos ainda pensar que havia uma ideia negativa pré-concebida sobre a turma, a qual poderá ter levado à indisponibilidade para a observação de outras evidências (mesmo quando foi feita a tentativa de as mostrar), nomeadamente o Dossiê digital da turma, construído em colaboração com os alunos. Nele consta toda a monitorização do plano e um registo semanal, em plataformas digitais como o Padlet, das atividades da turma onde se evidenciam todas as práticas realizadas, práticas essas que, a nosso ver, claramente vão de encontro à afirmação anteriormente transcrita: “*não sobressaem práticas inovadoras ao nível das metodologias de trabalho adotadas*”.

Ainda dentro do domínio da “*Prestação do serviço educativo*”, no campo de análise “*Oferta educativa e gestão curricular*”, depois de se afirmar, (pág. 8, do Relatório) que a oferta educativa “*responde às necessidades, expectativas e capacidades das crianças e dos alunos*”, o relatório lembra que são desenvolvidos, por vezes, domínios de autonomia curricular (DAC). O que estranhámos aqui é a colocação da locução “*por vezes*”, como se os DAC fossem

algo esporádico, raro, abrangendo apenas algumas disciplinas (Geografia, Matemática e Artes, as que foram citadas no relatório), quando isso acontece sempre que articulação é viável, face aos conteúdos, sempre que eles podem ser uma mais-valia para os alunos, aspeto que poderia ser facilmente comprovado pela consulta dos dossiês digitais dos conselhos de turma dos anos letivos anteriores. No seguimento, as competências adquiridas pelos alunos durante a implementação de um DAC são contempladas na avaliação dos alunos nas disciplinas envolvidas, respeitando os critérios específicos. Por isso, dizer que os DAC não têm “*reflexo ao nível da avaliação*” poderá desconsiderar o tempo e o trabalho dos alunos e professores envolvidos no DAC.

Um outro ponto fraco apontado neste campo de análise surge (pág. 8, do relatório), quando se afirma que o Plano Anual de Atividades não tem “*intencionalidade estratégica*”. Ora, a intencionalidade estratégica está claramente inscrita no nosso PAA, pois as atividades indicam quais os seus objetivos dentro do Projeto Educativo, assim como os eixos a que se reportam no Plano de Ação TEIP (cf. *Imagem abaixo*). Poderemos ainda acrescentar que o nosso PAA tem uma dupla intencionalidade estratégica porque as atividades nele contidas procuram responder aos objetivos do Projeto Educativo e, concomitantemente, desenvolver as Aprendizagens Essenciais e o PASEO.





Nota	Áreas de intervenção prioritária TEIP	Objetivo Estratégico ALEP	Atividade	Responsável/Empenhador	Fórmula atual	Local	Costo
17	Qualidade de ensino escolar - Práticas pedagógicas promotoras do desenvolvimento de competências - Práticas de avaliação promotoras da melhoria das aprendizagens - Formação contínua e integrada de docentes - Práticas inovadoras - Envolvimento dos alunos nos processos de avaliação e de desenvolvimento	OE1	Atividades de projetos e de Apoio ao CIE	João Correia Sónia Fernandes	10 a 19 anos	For. CIE	Transporte Municipal Estrada em projeto Água e papel para utilizar em projetos de Formação
18	Qualidade de ensino escolar - Práticas pedagógicas promotoras do desenvolvimento de competências - Práticas de avaliação promotoras da melhoria das aprendizagens - Formação contínua e integrada de docentes - Práticas inovadoras - Envolvimento dos alunos nos processos de avaliação e de desenvolvimento	OE1	- Jardim de Biologia (Educação Infantil, Básica, Secundária e Profissional) - Museu Nacional de História e do Trabalho - Museu Nacional de História de Biologia	Sónia Fernandes João Correia	10 a 19 anos	Trópico	Transporte Municipal Estrada em projeto
19	Qualidade de ensino escolar - Práticas pedagógicas promotoras do desenvolvimento de competências - Práticas de avaliação promotoras da melhoria das aprendizagens - Formação contínua e integrada de docentes - Práticas inovadoras - Envolvimento dos alunos nos processos de avaliação e de desenvolvimento	OE1	Atividades de participação na feira mediadora	João Correia Sónia Fernandes Pires	Alunos do 1º ano	Terra de Inovação	Transporte Municipal

A finalizar, solicitamos a correção no que é referido na página 8, do relatório, ao campo de análise “*Oferta educativa e gestão curricular*”, onde se fala dos clubes do nosso Agrupamento. De facto, não tem a nossa escola qualquer *Clube de Teatro*, nem *Clube de Física e Química*, nem um *Clube de Música*. Além disso, também não temos um *Clube de Dobragens*, mas antes um projeto inserido no Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC). Em contrapartida, há outros clubes que não foram mencionados e que são visíveis na comunidade, contrariando o que está registado no relatório “*Existem algumas iniciativas...*”. Consideramos que pela dimensão do nosso Agrupamento temos muitas iniciativas de integração curricular e atividades culturais.

No campo de análise “*Ensino, aprendizagem e avaliação*”, é referido que “*o Agrupamento aposta na coadjuvação em sala de aula e em assessorias, [...] não se registando, porém, a monitorização das mesmas*”. No entanto, esta monitorização encontra-se efetivamente registada nos nossos relatórios semestrais do TEIP, que são enviados para a Direção-Geral de Educação e aprovados. De facto, uma das ações do Plano TEIP, “*Aprendizagem Mais Ativa*”, contempla a coadjuvação e assessorias. A monitorização e avaliação desta ação dá lugar ao preenchimento de instrumentos de recolha de dados, que visam a

monitorização e avaliação das ações por parte dos docentes responsáveis, assim como pela realização de reuniões semestrais e pelo relatório de final do ano letivo. O registo desta monitorização encontra-se devidamente arquivado e disponível para consulta em qualquer momento, mas estes documentos não foram solicitados pela equipa inspetiva.

Também não concordamos que os recursos educativos disponíveis no nosso Agrupamento para as diferentes áreas, referidos no quarto parágrafo, página 9, não sejam “colocados ao serviço do desenvolvimento do currículo”, nem que isso se deva à “falta de planeamento estratégico”. Com efeito, todos os recursos educativos são colocados e utilizados ao serviço do currículo. Foi para isso que foram adquiridos, foi para isso que foi feito esse investimento. Referimo-nos concretamente ao investimento de livros para a Biblioteca Escolar, que são recorrentemente requisitados pelos docentes de português para implementar leitura orientada em sala de aula. Também os computadores alocados nestes espaços são utilizados pelos alunos, para realização de trabalhos de pesquisa e outros, solicitados pelos docentes para corresponder aos conteúdos lecionados e com vista a desenvolver as diversas competências contempladas no PASEO. A Biblioteca Escolar não foi visitada pela equipa em modo de poder aferir da utilização da mesma e dos recursos ali alocados, podendo consultar-se os registos aí existentes. É de referir também os recursos colocados à disposição dos docentes de educação física e de educação especial que com muita frequência fazem uso de recursos educativos diferenciados. Todas as salas de aula se encontram equipadas com computadores e projetores novos que são utilizados em todas as aulas, sendo outro exemplo de equipamentos que estão ao serviço do desenvolvimento do currículo. Também não entendemos o que se quer dizer por “falta de planeamento estratégico”. Com efeito, a nossa Biblioteca Escolar seleciona os livros a adquirir com base nas obras contempladas no plano de educação literária da disciplina de português e por solicitação dos professores do Agrupamento, nunca por acaso. As opções feitas têm por objetivo corresponder às necessidades e preferências dos utilizadores (professores ou alunos). Além disso, o Plano de Desenvolvimento Digital da Escola tem diversas medidas que pretendem

instaurar a utilização do digital, sendo predominantes as medidas que visam desenvolver a vertente pedagógica. Uma das medidas propostas foi a implementação de um dia sem papel por mês (dia 17 de cada mês), durante o qual todos põem em prática metodologias digitais ativas. Nesse dia (e em todos os outros) estão os recursos da Biblioteca Escolar disponíveis para corresponder às opções tomadas e necessidades dos alunos. No nosso Clube de Robótica, os alunos utilizam os dispositivos tecnológicos recentemente chegados à escola (nomeadamente o laboratório LED e material STEM/STEAM), numa vertente lúdico-didática, o que lhes desperta a apetência para diversas áreas às quais não teriam acesso, não fosse a escola a dar-lhes essa possibilidade. São estas as nossas opções estratégicas para corresponder às exigências da tutela, foi este o planeamento estratégico que seguimos. Seria oportuno conhecer as evidências verificadas que levaram a inferir que o nosso Agrupamento não coloca os recursos educativos “*ao serviço do desenvolvimento do currículo*” e que informações recolhidas evidenciam “*falta de planeamento estratégico*”.

A propósito do campo de análise “*Planificação e acompanhamento das práticas educativa e letiva*”, afirma-se que a “*a reflexão sobre as aprendizagens dos alunos é tratada, sobretudo, em contextos de informalidade*” e isto “*pode explicar a falta de uma estratégia concertada de articulação curricular e as debilidades ao nível de mecanismos consistentes de autorregulação da prática letiva*”, acrescentando-se ainda que “*Esta característica organizacional compromete o recurso a práticas científico-pedagógicas autorregulatórias e tem-se revelado um constrangimento ao desenvolvimento profissional dos docentes e à melhoria das práticas*”. Do profundo conhecimento da nossa realidade, consideramos, sem qualquer dúvida, que essa informalidade é antes uma mais-valia e não um constrangimento. Devendo as questões de articulação e de planeamento serem tratadas nos órgãos competentes, como são, a referida *informalidade* funciona como uma estratégia de interajuda e concorre para que o corpo docente, anualmente tão flutuante, adquira um sentido de pertença ao Agrupamento, sem, contudo, comprometer o recurso a práticas científico-pedagógicas autorregulatórias. Socorrendo-nos do que consta no campo de análise “*Liderança*” em que as palavras como “*ambiente acolhedor*”,

*“proximidade”, “familiaridade”, e a frase “onde todos se sentem integrados e mobilizados para alcançar os objetivos definidos” contradiz a informalidade apontada com um pendor tão negativo.*

No que concerne ao domínio *“Resultados”*, apesar da concordância com a classificação atribuída, não podemos deixar de referir que a alegada *“não evidência de qualquer mecanismo de recolha sistemática de informação sobre o percurso escolar e profissional dos alunos, de modo a avaliar o impacto do trabalho realizado pelo Agrupamento”* não é de todo verdade, pois tal recolha é feita e temos informação do percurso escolar e/ou profissional de grande parte dos alunos que frequentaram este Agrupamento. Sabendo que os nossos alunos deixam o Agrupamento a partir do 9º ano e que se distribuem pela região e até pelo país, torna-se muito difícil acompanhar o seu percurso académico pelo que não deveria ser registado como uma fragilidade do Agrupamento.

Rejeitamos que no campo de análise *“Reconhecimento da comunidade”*, *“nos espaços escolares não haja uma estratégia de divulgação que contemple conteúdos de outras áreas do conhecimento, numa perspetiva de valorização e partilha dos trabalhos realizados”* ou que não seja *“visível a preocupação com a organização de exposições, em áreas coletivas, de modo a dar-se a conhecer os produtos finais das atividades e dos projetos implementados”*. Com efeito, há muitos outros trabalhos, de todas as áreas, que são divulgados, quer em exposições, quer através das redes sociais do Agrupamento, ao longo do ano letivo. Já foram feitas exposições em espaço da autarquia, no auditório municipal, por exemplo. O que sucede é que a equipa avaliativa esteve presente praticamente no início do ano, numa altura em que o corpo docente recém-chegado ainda está a conhecer os alunos e os trabalhos ainda estão a ser executados. Além disso, a presença da equipa avaliativa não levou, intencionalmente, a qualquer alteração no dia a dia do nosso Agrupamento, nem motivou qualquer engalanamento dos seus espaços, deixando as atividades decorrerem dentro das suas planificações.

## Conclusão

Não vemos espelhado nesta avaliação o resultado do esforço individual e coletivo do AEGJ e a avaliação atribuída causou um grande desalento na comunidade educativa.

De facto, após a última avaliação externa, ocorrida em 2013, recém-entrados no Programa TEIP3, em que obtivemos a classificação de “Bom” em todos os domínios, este Agrupamento sofreu uma evolução positiva muito significativa em todas as áreas, fruto de muito empenho, de um trabalho árduo e de muita responsabilidade. Constatando isto e de acordo com a presente avaliação, o trabalho realizado não parece ser reconhecido e considerado, pelo que não podemos deixar de nos questionar se, algum dia, este Agrupamento poderá almejar a uma avaliação superior à agora atribuída.

Face ao exposto, consideramos que existe um predomínio de pontos fortes na maioria dos campos de análise dos domínios “**Autoavaliação**” e “**Prestação do serviço educativo**”, pelo que apelamos à reanálise dos mesmos e ao ajuste das suas classificações para o nível de Muito Bom.

Agrupamento de escolas Guerra Junqueiro, 17 de fevereiro de 2025

A Diretora

Albertina Maria Silva Moreira Neto Parra